

PROCURAÇÃO "AD-JUDÍCIA – ET EXTRA"

NOME OUTORGANTE: Deival de Agostinho
brasileiro(a), divorciado, autônomo,
portador (a) da Cédula de Identidade Civil com RG n. 3314490-7
SSP MS inscrito (a) no CPF n.º 112.217.801-82,
residente e
domiciliado(a) Rua Severino Porto Chacara Lidelis,
n. 2165 - cidade: Dourados - MS - CEP
79.839-664, nomeia e constitui como seu bastante
advogado – **Luís Henrique Miranda – Sociedade Individual de
Advocacia**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º
27.124.610/0001-53, com sede na Rua João Damasceno Pires, n.º 1140 –
Jardim Água Boa em Dourados - MS, devidamente representada pelo
advogado – **LUIS HENRIQUE MIRANDA**, brasileiro, divorciado, advogado,
inscrito na OAB/MS sob o 14.809; e a advogada **GRAZIELE ARAÚJO
BARBOSA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MS sob o nº
27.452, com endereço profissional situado na Rua João Damasceno
Pires, n.º 1140 – Jardim Água Boa em Dourados – MS, aos quais confere
os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com a
cláusula "ad-judícia – et extra", em qualquer juízo, instância ou tribunal,
ainda que administrativos, especialmente para propor ações de direito
em nome da outorgante ou defendê-la nas contrárias, seguindo umas
e outras até o final julgamento, conferindo ainda poderes especiais
para formular acordos, desistir, transigir, bem como representar os
interesses da outorgante em processos administrativos fiscais, de
competência da Fazenda Pública Municipal, Nacional, bem como
perante aos Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor. Para receber
citação inicial, confessar, desistir, reconhecer a procedência do pedido,
transigir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar
quitação e firmar compromisso, podendo para tanto, substabelecer
esta a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, podendo, ainda,
usar de todos os poderes para o seu mister nos termos supra descritos.

Dourados – MS, 26 / maio /2022.

Deival de Agostinho
OUTORGANTE

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

NOME **DECLARANTE:** Daival de Agostinho
brasileiro(a), divorçado, autônomo,
portador(a) da Cédula de Identidade Civil com RG n. 3314490-7
DSP / MS, inscrito (a) no CPF n.º 112.217.801-82,
residente e domiciliado (a) à
Rua Severino Porto - Lhacara Cadeis,
n. 2165 - cidade: Dourados - MS - CEP
79.838-664. **DECLARA**, sob penas de lei e para que se
produza os efeitos legais, especialmente para obter os benefícios de
Assistência Judiciária Gratuita, que não dispõe de rendimentos
suficientes que lhe permite pagar os emolumentos ou custas
processuais, sem que esses valores afetem o sustento familiar. Sendo
desta forma, considerado pobre, na acepção legal da palavra.

Dourados – MS, 26 / maio / 2022.

Daival de Agostinho
DECLARANTE

**DECLARAÇÃO PARA AJUIZAMENTO NO JUIZADO ESPECIAL
FEDERAL**

EU Doual de Agostinho,
brasileiro (a), estado civil divorciado, profissão
autônomo, portador (a) da Cédula de identidade
RG nº 3314490-7 SSP/MS, inscrito (a) no CPF sob o
nº 112.257.801-82, residente e domiciliado (a) na
Rua. Severino Porto - Chacara Cidélis
_____, nº 2165, na cidade de _____,
CEP 79.839-664; **DECLARO**, para os devidos fins de direito que
renuncio livremente aos valores excedentes a sessenta salários mínimos,
aí incluídas todas as prestações vencidas mais as doze vincendas –
artigo 292, § 1º e § 2º do CPC, na data do ajuizamento da ação proposta
perante esses d. juízo.

Dourados/MS, 26 / maio / 2022.

Doual de Agostinho
DECLARANTE

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS DE
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Eu, Dorival de Agostinho,
brasileiro(a), divorçado, autônomo,
portador (a) da Cédula de Identidade RG
nº 3314490-7 SSP/MS, inscrito (a) no CPF sob o
nº 112.217.803-82, residente e domiciliado (a) na
R. Severino Porto nº 2365 - Chacara Adelis - Dourados/MS

DECLARO que estou ciente e autorizo a dedução do percentual de 30% (trinta por cento) dos valores que venha a receber ou que vierem a ser depositados em meu favor em decorrência da ação de concessão de aposentadora, inclusive em caso de acordo judicial, extrajudicial ou outra forma de composição ou de reconhecimento da pretensão pelos órgãos estatais, a título de honorários advocatícios devidos equitativamente ao advogado **LUIS HENRIQUE MIRANDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 27.124.610/0001-53, com sede na Rua João Damasceno Pires, nº 1140, Jardim Água Boa, na cidade de Dourados/MS, devidamente representada pelo advogado – Luis Henrique Miranda, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MS nº 14809, com escritório profissional situado à Rua João Damasceno Pires, nº 1140, Jardim Água Boa na cidade de Dourados/MS, fone: (67) 3427-0939, endereço eletrônico luishenrique_adv@yahoo.com.br.

Dourados/MS, 26, maio, 2022.

Dorival de Agostinho
DECLARANTE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Que _____ entre si fazem _____ **NOME**
CONTRATANTE: Douval de Aguiar
_____ brasileiro (a), divorçado, autônomo,
portador da Cédula de Identidade Civil com RG n. 3314490-7
SSP / MS inscrito (a) no CPF n.º 112.217.803-82, residente e
domiciliado _____ (a) à
R. Severino Porto - Chacara Lidois, n. 2165
cidade: Dourados - MS - CEP
79.839-664, doravante denominado(a) CONTRATANTE e de outro
lado, **LUÍS HENRIQUE MIRANDA – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 27.124.610/0001-53,
devidamente representada pelo advogado – **LUIS HENRIQUE**
MIRANDA brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MS sob o 14.809,
e **GRAZIELE ARAÚJO BARBOSA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na
OAB/MS sob o nº 27.452, com escritório profissional na Rua João Damasceno
Pires n.º 1140 – Jardim Água Boa, em Dourados – MS – CEP 79.811-070, tendo
entre si justo e contratado o seguinte:

1ª CLÁUSULA: Por este instrumento particular, CONTRATANTE E CONTRATADO,
têm, entre si, justo e contratado, o presente contrato de prestação de serviços
profissionais advocatícios, para propor AÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

2ª CLÁUSULA: Para execução do serviço ora contratado, o CONTRATANTE
pagará aos CONTRATADOS a seguinte quantia:

- a) Os três salários de benefícios, após a implantação do benefício, com
vencimento na data do recebimento de cada benefício;
- b) Honorários de 30% (trinta por cento) sobre o proveito econômico do
processo, com vencimento na data do recebimento da RPV ou
Precatório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caberão exclusivamente aos CONTRATADO, em
proporções iguais, os honorários sucumbenciais devidos pela parte contrária,
em caso de condenação.

3ª CLÁUSULA: A CONTRATANTE obriga-se a: a) fornecer aos CONTRATADO, tão
logo for solicitado a fazê-lo, em tempo hábil, todos os documentos e
informações necessários à defesa de seus direitos e interesses; b) custear todas
as despesas para o adimplemento das obrigações assumidas pelos
CONTRATADO, tais como as decorrentes de custas processuais, fotocópias,
autenticações, reconhecimento de firmas, telefonemas, cartas, cálculos de
peritos e/ou contadores judiciais, além das diárias, no caso de viagens,
previamente definidas em comum acordo pelas partes, entre outras; c) pagar
aos CONTRATADO, pontualmente, em remuneração aos serviços prestados,
ou colocados à sua disposição (honorários advocatícios) e a medida que

Douval

forem necessárias parcelas em dinheiro para pagamento das despesas e custas judiciais; d) comparecer em todas as audiências judiciais, ou periciais, cuja presença seja imprescindível para o processo, bem como disponibilizar os nomes e endereços de todas as testemunhas solicitadas pelos CONTRATADOS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o CONTRATANTE não compareça nas audiências judiciais ou periciais, das quais fora cientificado, ou pratique qualquer ato que dê causa a extinção do processo, deverá pagar honorários advocatícios aos CONTRATANTES no valor mínimo constante na Tabela de Honorários Advocatícios no âmbito da OAB/MS – Resolução OAB/MS n. 33/2010.

4ª CLÁUSULA: OS CONTRATADO prestarão contas das quantias recebidas do CONTRATANTE quando assim lhe convier ou for por estes solicitados.

5ª CLÁUSULA: A impossibilidade no pagamento das verbas acima mencionadas, importará na rescisão do presente contrato, a critério dos CONTRATADO, independentemente de aviso prévio ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitando-se os CONTRATANTES ao pagamento integral dos honorários advocatícios previstos na cláusula 2ª retro, acrescido de juros de mora e atualização monetária.


6ª CLÁUSULA: O presente contrato terá a duração até o final do processo (DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO), a partir da assinatura do presente, podendo, entretanto, ser rescindido com aviso prévio de 10 (dez) dias, formalmente, por qualquer das partes.

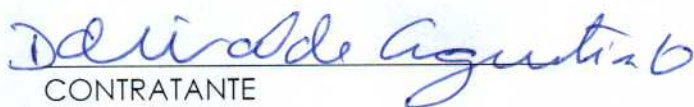
7ª CLÁUSULA: Ocorrendo rescisão por parte do CONTRATANTE, este se obriga a pagar aos CONTRATADO o valor mínimo constante na Tabela de Honorários Advocatícios no âmbito da OAB/MS – Resolução OAB/MS n. 33/2010, proporcionalmente ao trabalho realizado.

8ª CLÁUSULA: Fica eleito o Foro desta Comarca de Dourados (MS), como competente para qualquer ação judicial oriunda do presente contrato, ainda que diverso seja, ou venha a ser o do CONTRATANTE.

E por estarem assim justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADO assinam o presente, juntamente com as testemunhas, em duas vias de igual teor e forma.

Dourados - MS, 26 / maio / 2022.


LUIS HENRIQUE MIRANDA
OAB/MS 14.809


CONTRATANTE

GRAZIELE ARAÚJO BARBOSA
OAB/MS 27.452

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA